

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO DE GRADUAÇÃO



ORGANIZADORES

José Rodrigues de Farias Filho

Patricia Almeida Ashley

Mônica Marella Corrêa



Direção da EDUFF: Renato Franco
Coordenação Editorial: Ricardo Borges
Produção Editorial: Tikinet
Capa: Aline Maya | Tikinet
Projeto gráfico e diagramação: Maurício Marcelo | Tikinet
Epub: Julia Ahmed e Maurício Marcelo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E-Book

E21 Educação ambiental, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável [livro eletrônico] : contribuições para o ensino de graduação / José Rodrigues de Faria Filho, Patricia Almeida Ashley e Mônica Marella Corrêa (organizadores). – 1. ed. – Niteroi, RJ : Eduff, 2019. – . 2 mb : il. ; ePUB.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-228-1358-2

BISAC SCI026000 SCIENCE / Environmental Science

1. Educação ambiental. 2. Desenvolvimento sustentável. I. Faria Filho, José Rodrigues de. II. Ashley, Patricia Almeida. III. Corrêa, Mônica Marella. IV. Título.

CDD 333.72

**Ficha catalográfica elaborada por
Márcia Cristina dos Santos CRB7-4700**

23

A bactéria da desconfiança: perplexidades em uma comunidade afetada¹

João Guerra²

Instituto de Ciências Sociais, Lisboa
(Universidade de Lisboa)

1 Estudo de caso

2 João Guerra é graduado em Sociologia e Planeamento (1998) pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), mestre (2005) e doutor (2011) em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa). É bolseiro de pós-doutoramento desde 2011, desenvolvendo atividade no ICS-ULisboa. Globalmente, a sua área de interesse é a prosecução da sustentabilidade, tendo por base uma ideia holística que abarca questões ambientais, sociais, económicas e institucionais, interessando-lhe, em particular, as questões da justiça sócioambiental e a participação pelo bem-comum. É membro da equipa de pesquisa do Grupo de Investigação em Ambiente, Território e Sociedade do ICS-ULisboa e do OBSERVA – Observatório de Ambiente, Sociedade e Território. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3285855262360375>
Email: joao.guerra@campus.ul.pt

Resumo

Os surtos de contaminação como o que aqui se apresenta – Surto de Legionella ocorrido em 2014 no município de Vila Franca de Xira – são geralmente caracterizados por controvérsias públicas e científicas, pela desconfiança nos sistemas de monitorização e por processos judiciais morosos que tendem a adicionar ainda mais desconfiança e perplexidade nas comunidades. Apresentam-se aqui alguns resultados de um workshop participativo que juntou cerca de três dezenas de pessoas no Pavilhão Municipal do Forte da Casa (localidade do município de Vila Franca de Xira), em 13 de outubro de 2016. O workshop procurou refletir com um grupo de cidadãos diretamente afetados e não afetados, sobre condicionantes e consequências do surto. Do processo deliberativo pode concluir-se que as vulnerabilidades ambientais se juntam a vulnerabilidades sociais pré-existent, num intrincado físico, social e económico difícil de destrinçar. Processo marcado por uma preocupação redobrada que põe em causa o status quo instalado e a confiança nos processos de administração e monitorização do bem-comum (e.g., qualidade ambiental, saúde pública, poder local). Assim, tendo em conta que os meios e capacidades individuais (e.g., saúde, educação, habitação...) e coletivos (e.g., capacidade de organização, mobilização e ação coletiva) implicam desiguais formas de agir e reagir à adversidade, e constatando-se que o grupo mais afetado era particularmente vulnerável (i.e., prevaleciam idosos que, não raramente, tinham escolaridade reduzida), apostou-se na capacitação da comunidade com informação e, sobretudo, com a mobilização que o próprio workshop e outras sessões participativas subsequentes permitiram.

Palavras-chave: Legionella, Sustentabilidade, Participação, Desconfiança, Vulnerabilidades

Agradecimentos

O sucesso desta iniciativa deve-se, em grande parte, à Associação “Os Amigos do Forte” que colaborou com empenho e dedicação na organização deste workshop participativo, bem como nas sessões de discussão de resultados subsequentes. Esta auscultação que se procurou inclusiva e clarificadora, está inserida num projeto de pesquisa mais

vasto que foi financiado, com a bolsa de Pós-doutoramento SFRH/BPD/78885/2011, pela FCT – Fundação para a Ciências e Tecnologia (Portugal). Importa ainda realçar o papel de cada um dos participantes nas várias sessões participativas que, generosamente, deram o seu contributo para tornar mais claro o processo de gestão do surto, seus sucessos e insucessos, bem como para resgatar as perplexidades emergentes na comunidade.

Parte I – O Estudo de caso

Enquadramento

A partir de pressupostos de interdependência entre direitos humanos e direitos ambientais (unep, 2015), as práticas e os instrumentos de participação e envolvimento das populações têm vindo a assentar na ideia de que a sustentabilidade só pode ser alcançada, num contexto democrático de interação social a estabelecer entre os cidadãos, organizações da sociedade civil e os vários níveis da administração pública (guerra, 2011). No panorama da governança ambiental, as últimas décadas têm, por isso, vindo a testemunhar uma convergência constante de propósitos sociais só aparentemente desarticulados, como são a qualidade ambiental e a qualidade social (boer, 2015), a que se juntam os direitos processuais inscritos na convenção de aarhus (unece, 1998).

Esta ideia de proximidade entre direitos ambientais e humanos já é antiga. No princípio 1 da declaração de estocolmo já se defendia que “[...] o homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas, num ambiente de qualidade que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar”[...] (unche, 1973, p. 4). Quase meio século depois, no entanto, com a permanente multiplicação de ameaças decorrentes da degradação ambiental (guerra; schmidt, 2016), a necessidade de cumprir e fazer cumprir tal princípio está longe de ter perdido relevância.

O direito à vida e à saúde, em muitos contextos geográficos e, sobretudo, para os grupos sociais mais vulneráveis, surge afetado por desastres relacionados com problemas globais (e.g., alterações climáticas) e com problemas mais localizados que resultam da poluição

industrial ou, simplesmente, de más práticas de manutenção de infraestruturas públicas e privadas (boyle, 2012). No que à sustentabilidade diz respeito, afinal, a situação mundial persiste num patamar medíocre, correspondendo a um desenvolvimento marcado por desequilíbrios ambientais e sociais (schmidt; guerra, 2016). Tal decorre do hiato que, apesar da emergência e disseminação dos valores ecológicos e de alguns ganhos pontuais (valadas de lima; guerra, 2004; dunlap, 2008), tende a manter-se entre as várias dimensões do desenvolvimento sustentável, numa lógica de atuação que continua a ignorar as suas interdependências sistêmicas (redclift, 2005; pnud, 2011), dando primazia ao hegemônico ditame do mercado “crescer ou perecer” (flinders, 2012).

A transição que muitos advogam para uma sociedade pós-carbono implica, por isso, maior atenção à correlação de forças entre fatores sociais e fatores ambientais, ao papel dos cidadãos e das comunidades locais (jackson, 2009), assim como ao grau de liberdade que detêm para decidir sobre as suas próprias vidas e o futuro comum (anand; sen, 2000). É certo que a liberdade de ação depende certamente de muitos outros fatores, mas não prescinde da consciencialização e do conhecimento aduzido por ações de educação ambiental ou, de outra forma dito, da capacitação de grupos sociais e comunidades com conhecimento e meios de mobilização. Meios que, inclusive, podem passar pelo envolvimento leigo na produção de informação, numa estratégia de “ciência participada e participativa” (gonçalves; guerra, 2007; gonçalves; guerra; schmidt, 2007). Este é o caso que a seguir se analisa. Um acontecimento traumático ocorrido no forte da casa, em vila franca de xira³ que, como veremos, afetou uma população particularmente vulnerável. A incompreensão e o abandono sentido pelas vítimas deste trágico evento agudizou, numa vertigem de perplexidade, os seus sentimentos de descrença e desconfiança. Avaliar esse processo é o objetivo deste capítulo.

3 Município da Área Metropolitana de Lisboa, com 186 mil habitantes, localizado na margem norte do estuário do rio Tejo. Dele faz parte a freguesia (distrito na nomenclatura brasileira) do Forte da Casa onde, a meia-hora de distância de Lisboa, se localiza a fábrica cujas torres de refrigeração deram origem ao surto e ao maior número de vítimas.

Breve descrição do workshop

As páginas seguintes procurarão refletir sobre os efeitos reais e/ou percebidos do surto de vila franca de xira da doença dos legionários – uma forma grave e por vezes fatal de infecção causada pela bactéria legionella pneumophila⁴ –, considerado pelas autoridades de saúde como uma das mais graves infecções da história conhecida desta bactéria (Figura 36). Para o efeito, integram-se os vários pontos de vista presentes na comunidade, a partir da discussão aberta sobre o surto e suas consequências, num workshop participativo levado a cabo em 13 de outubro de 2016, no pavilhão municipal do forte da casa, que contou com cerca de três dezenas de participantes⁵.

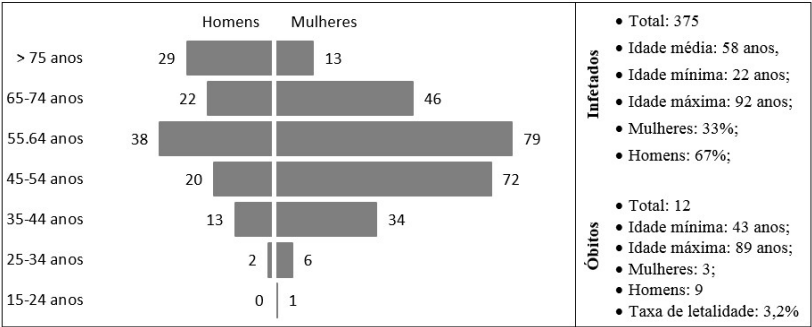


Figura 36 – Caracterização de vítimas do surto por faixa etária
Fonte: Grupo de Trabalho para o Surto de Legionela de Vila Franca de Xira (2014).

- 4 A bactéria *legionella pneumophila* é o agente causador da doença dos legionários e pode ser encontrada naturalmente em ambientes aquáticos, como rios, ribeiros e lagos, mas também – se as regras de manutenção não são cumpridas – em sistemas artificiais de água. Para se infectar com legionela, um indivíduo suscetível tem que inalar ou aspirar a bactéria através de gotículas de água inferiores a um micrometro, o que mais vulgarmente acontece a partir de sistemas de aspersão presentes em fontes decorativas e sistemas de refrigeração onde a produção de aerossóis está presente e o desenvolvimento de biofilme não foi acautelado. Os grupos mais vulneráveis são os idosos (em especial do sexo masculino), sobretudo quando acumulam outras vulnerabilidades advindas de doenças crônicas. Para informação mais completa, ver, por exemplo, ECDPC, 2016.
- 5 De uma audiência que rondou a meia centena na primeira parte do evento (sessão expositiva que incluiu duas apresentações que procuraram esclarecer os presentes e fazer o ponto de situação do processo em curso), apenas cerca de metade (27) aceitou participar na sessão deliberativa que se seguiu.

Para garantir alguma homogeneização que facilitasse a discussão, à sua chegada foi pedido a cada participante que disponibilizasse alguns elementos pessoais (e.g., idade, escolaridade) de modo a permitir organizar quatro mesas de discussão (Tabela 10), enquanto decorria uma primeira sessão expositiva que avançou com informação geral sobre a doença dos legionários, bem como meios disponíveis para enfrentá-la.

Tabela 10 – Mesas de discussão e caracterização dos participantes

	(1) Mulheres		(2) Homens		(3) Sub 51 anos		(4) Não afetados		Total	
Idades	Mínimo	63	Mínimo	55	Mínimo	37	Mínimo	45	Mínimo	37
	Máximo	81	Máximo	70	Máximo	50	Máximo	65	Máximo	81
	Mediana	66,00	Mediana	70,00	Mediana	42,00	Mediana	56,00	Mediana	62,00
	Média	68,00	Média	66,71	Média	44,43	Média	56,57	Média	58,59
	N	6	N	7	N	7	N	7	N	27
Escolaridade	Mínimo	4	Mínimo	4	Mínimo	9	Mínimo	9	Mínimo	4
	Máximo	16	Máximo	11	Máximo	17	Máximo	18	Máximo	18
	Mediana	7,00	Mediana	8,00	Mediana	11,00	Mediana	17,00	Mediana	9,00
	Média	7,83	Média	7,57	Média	12,43	Média	14,68	Média	10,76
	N	6	N	7	N	7	N	7	N	27

Fonte: Elaboração própria a partir de dados recolhidos entre os participantes do workshop

Distinguindo-se por características básicas que se pressupõe terem algum efeito no posicionamento dos participantes, sublinhem-se as idades relativamente superiores das duas mesas agrupadas por gênero (mulheres e homens) que, por seu turno, correspondem às menores médias alcançadas na escolaridade. Em consequência da doença e respectiva degradação física, estes participantes perderam frequentemente a autonomia que ainda detinham, dado que algumas tarefas quotidianas (e.g., subir escadas, fazer a lida da casa...) se tornaram fisicamente impraticáveis. Estes foram ainda os inquiridos que maior dificuldade mostraram em perceber e reagir ao surto.

O grupo mais jovem (teoricamente menos vulnerável à bactéria – sub 51 anos) é relativamente mais diverso: ambos os sexos, idades mais divergentes (entre 37 a 50 anos); maiores discrepâncias na escolaridade. Este grupo que ainda estava na vida ativa e conservava responsabilidades familiares importantes (e.g., filhos menores dependentes) foi,

talvez, o que apresentou maior apreensão e revolta. Foram estes que viram os seus modos de vida mais ameaçados, fosse porque o desemprego parecia inevitável (muitos deles não tinham vínculo de trabalho efetivo), fosse porque a incapacidade física para o trabalho regular não era de descartar, sobretudo, para os que detinham profissões predominantemente braçais.

Finalmente, o grupo dos não afetados foi igualmente composto por ambos os sexos e destacou-se pela média de escolaridade mais elevada (14,68). Distinguiram-se dos restantes grupos, sobretudo, porque o seu interesse em participar foi, sobretudo, o bem-comum. Foi um sentido cívico alargado que os impeliu a envolverem-se na iniciativa, para assegurar, como um deles declarou, “que a culpa não morresse solteira”. Em conjunto, portanto, com uma média de idades global (58 anos) semelhante à dos 375 infetados registrados pela direção-geral de saúde (dgs⁶) e um padrão de distribuição de gênero igualmente convergente, estaremos perante uma amostra próxima do universo de afetados.

Refira-se, por fim, que para possibilitar a devolução de resultados quase imediata de forma simples e intuitiva, no final de cada discussão temática, os participantes foram convidados a posicionar-se (com auto-colantes diferenciados por cores) numa série de diagramas que resultaram na representação gráfica das posições individuais e de grupo. Estes diagramas permitem agora resumir, de forma relativamente fiel, as conclusões parciais obtidas em contexto deliberativo. Dois dos mais relevantes serão, por isso, aqui apresentados para ilustrar os resultados, tendo em mente os princípios básicos da convenção de aarhus, bem como do processo de implantação da sustentabilidade participada, tal como tem vindo a ser defendido (mais do que aplicado) há cerca de meio século (schmidt; guerra, 2010, 2016).

6 Na nomenclatura brasileira, a DGS equivaleria a um órgão da administração direta do Ministério da Saúde do Governo Central, incumbida dos planos, programas, vigilância e emergência na área da saúde pública.

Parte II – O surto de legionela e os resultados da deliberação

Depoimentos e impressões

A convenção de aarhus faz parte de um ajuste institucional de capacitação das comunidades, assente em prerrogativas de colaboração, transparência e equidade que, apesar da “[...] linguagem vaga e exangue e da ausência de mecanismos de execução precisos[...]

 (lee; abbot, 2003, p. 106), foi adotada em 1998, na 4ª conferência ministerial “ambiente para a europa”, em aarhus, dinamarca⁷. Levando a sério os princípios nela defendidos – i.e., livre acesso à informação; participação na tomada de decisão e acesso à justiça em matéria de ambiente (unece, 1998) –, estamos perante um inequívoco sinal de vontade em implementar uma ideia de sustentabilidade que faz confluír a proteção do ambiente e do bem-comum, com os imperativos de participação e justiça. Confluência tão mais necessária quanto em causa estiverem a saúde pública e a qualidade de vida de grupos particularmente vulneráveis.

No entanto, pelo menos no que toca às entidades públicas responsáveis por acompanhar a atividade industrial, monitorizar a qualidade ambiental e gerir a crise, um esforço eficaz de comunicação parece ter estado ausente em vila franca de xira. De acordo com os participantes no workshop, apesar do alarme social que o surto desencadeou: i) não houve nenhuma preocupação especial em produzir e disponibilizar informação adequada ao padrão dos grupos sociais mais afetados; ii) não houve uma presença suficientemente visível e disponível destas entidades que permitisse debelar desconfianças e mal-entendidos. Numa expressão usada por um dos participantes que frequentemente se repetia entre os restantes, “eles” (uma forma comum de nomear os detentores de poder e, sobretudo, do poder

7 Concluído o processo de ratificação por 16 países membros da CEE/ONU (Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas) e pela União Europeia, entrou em vigor em 2001. Portugal assinou a Convenção logo em 1998, e ratificou-a cinco anos depois (2003), através do decreto presidencial PR n.º 9/2003. Atualmente, ultrapassou o espaço europeu, contando com 49 signatários (<https://www.unece.org/env/pp/introduction.html>), dos quais o Brasil não faz parte.

político) “estiveram mais preocupados com a fábrica e com os interesses económicos, do que com as pessoas”.

Talvez tal afirmação não seja justa para a totalidade das instituições, tendo em conta que, por exemplo, o município detinha poderes muito limitados para intervir. Mas, com efeito, a relativa ausência, no terreno, de representantes das várias instituições com responsabilidades na área da monitorização da saúde e do ambiente e, em geral, do poder político, levou a que se compreendesse mal o sucedido e, sobretudo, a sua superação. Daí que muitas vítimas (sobretudo os mais velhos e os menos aptos a procurar ativamente informação adicional) tivessem ficado reféns de informação que eles próprios classificaram de “alarmista”, “pouco fidedigna”, “contraditória”, “confusa e nada esclarecedora”.

A verdade é que a generalidade dos participantes apontou como fontes primordiais de informação, além dos serviços hospitalares que os assistiram, a televisão e, em menor grau, os restantes media. Acrescentando, no entanto, que em geral se mostraram mais preocupados com a espetacularidade da notícia do que com a sua gravidade social. O resultado foi uma avaliação da situação que decorreu, num ambiente de profunda apreensão e incompreensão.

A estrutura etária e sociográfica das vítimas só veio a complexificar este quadro de suspeição já que aumentou a dificuldade de leitura da informação disponível e dos procedimentos a seguir. Tratando-se de um assunto que provocou inquietação geral e contando com uma percentagem elevada de idosos entre as vítimas, o patrocínio de sessões de esclarecimento e a produção e a divulgação de informação dirigida aos tipos sociais mais atingidos (sobre a doença, a bactéria, as questões judiciais, etc.) Teria sido, certamente, a forma mais eficaz de apaziguar os ânimos. Este envolvimento acrescido, no entanto, parece ter sido ignorado no surto de vila franca de xira que, por maioria de razão, requeria proximidade, mobilização e, sobretudo, flexibilidade de abordagens para ajustar a ação ao público-alvo.

A desconfiança que grassa entre a população parece ter afinal o seu reverso institucional: decisores e técnicos tendem a sofrer do mesmo mal (a desconfiança) mas, desta feita, direcionada para as populações que os pressionam (vasconcelos; fonseca, 2006; schmidt et al., 2011).

A reação à crítica (fosse, ou não, fundamentada) foi basicamente um aparente alheamento institucional que aumentou a opacidade da ação. Ninguém da câmara municipal, por exemplo, aceitou participar na sessão expositiva do workshop e, nessa linha, todas as instituições públicas limitaram exclusivamente a sua ação ao *modus operandi* regular, como se de business as usual se tratasse. Ainda que modestamente, o workshop que aqui se apresenta procurou contrariar esta situação, mas como veremos não terá sido displicente, mas manifestamente insuficiente.

Processo deliberativo

Vejamos, então, como decorreu a gestão do surto de legionela em vila franca de xira na ótica dos participantes no workshop. Começamos pelo acesso à informação que permite aos cidadãos olhar, julgar e refletir sobre os atos de governação e dos governos (hetherington, 2011) e, por isso, se tornou numa pedra angular do funcionamento da democracia.

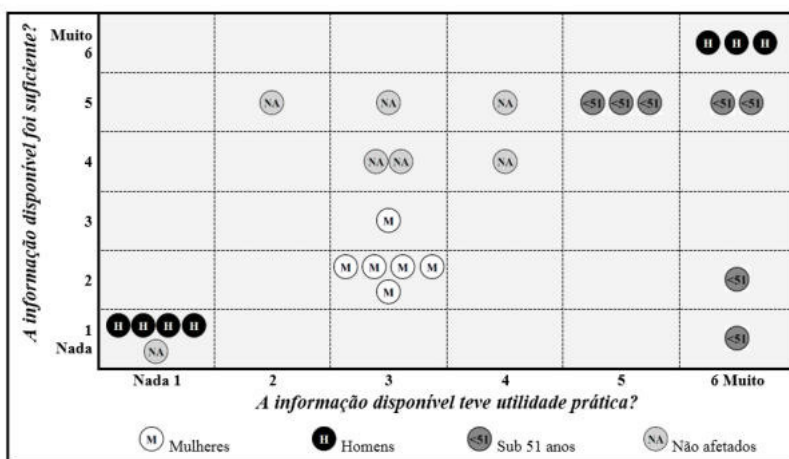


Figura 37 – Posicionamento dos participantes sobre a qualidade da informação disponível

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do workshop

De acordo com os resultados expressos na Figura 37, o grupo dos homens dividem-se entre posições muito críticas e posições de franca complacência, o que indicia, no mínimo, duas abordagens muito

diferentes à informação disponível. Quanto ao grupo das mulheres – tal como os homens, relativamente idosas e, em geral, pouco escolarizadas – tende a assumir uma posição coesa e mais moderada, enquanto o grupo dos sub 51 parece acentuar a utilidade prática da informação recebida, mas voltando a denotar alguma divergência. Finalmente, o grupo dos não afetados mostra-se mais crítico, sublinhando, sobretudo a quantidade, em detrimento da qualidade.

Sendo certo que a ameaça da legionela é complexa e a resolução do problema dificilmente pode prescindir da mediação dos conhecimentos técnico e científico, os juízos de valor produzidos entre a população leiga que sofre com as suas consequências não perdem valor por isso. A reflexão aí produzida, se apoiada em informação fidedigna e em procedimentos transparentes, pode ajudar a preencher lacunas no conhecimento; a determinar níveis adequados/ aceitáveis de segurança; a distribuir custos e benefícios; a decidir entre interesses divergentes, mas que podem/devem ser compatibilizados (lee; abbot, 2003, p 84). Informação e participação são por isso duas faces de uma mesma moeda que se condicionam mutuamente.

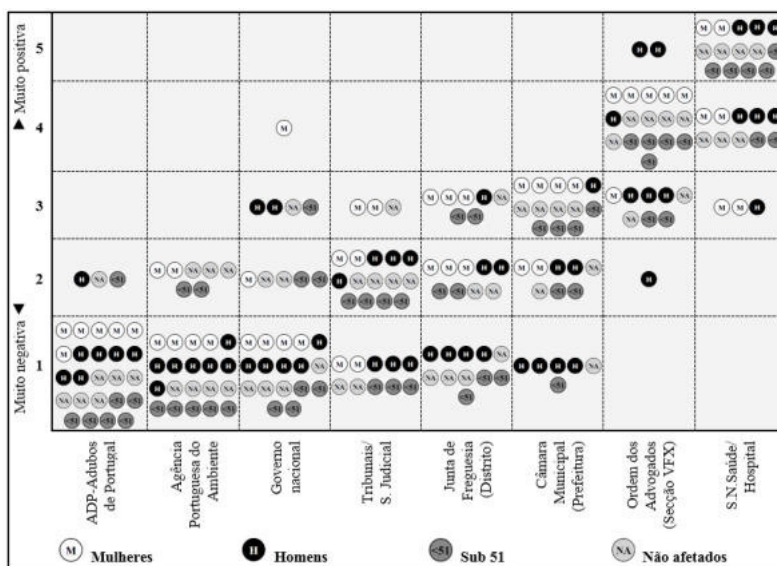


Figura 38 – Posicionamento dos participantes sobre a ação institucional

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do workshop

No caso concreto que aqui analisamos, como se constata na Figura 38, as falhas nas duas dimensões resultam num grau de descon-fiança exponenciado. Numa onda de revolta que varre efusivamente a generalidade das instituições, com destaque especial para a fábrica apontada como fonte da infecção (adp fertilizantes, s.a.). Há, ainda assim, duas exceções: serviço nacional de saúde⁸ (em particular, o hos-pital local) e ainda a delegação da ordem dos advogados de vila franca de xira. Quanto ao hospital e serviços de saúde, a avaliação claramente positiva poderá ter resultado do contacto direto que, forçosamente, aconteceu entre os técnicos de saúde – médicos e enfermeiros habitua-dos a interagir com os doentes, num contexto em que habitualmente desempenham a sua atividade – e as vítimas, porventura, imbuídas de sentimentos de alívio e gratidão. Isto implicou que a distância sentida com outros atores mais próximos da administração pública (central e local) não se tenha verificado com a mesma intensidade.

Quanto à avaliação igualmente positiva da delegação da ordem dos advogados pode ter sido potenciada pela presença do seu presi-dente (enquanto orador) na sessão expositiva prévia ao processo deli-berativo. A sua presença, comentários e até refutação de algumas ideias instaladas terão suscitado maior confiança numa instituição que, meses antes, tinha assinado um protocolo de cooperação com a relativamente “desconsiderada” câmara municipal de vila franca de xira (a prefeitura) para apoio às vítimas. Circunstância que, apesar de tudo, não permitiu melhorar a avaliação do poder judicial, que surgiu citado muito fre-quentemente entre as vitimas e os participantes no workshop, como “um sistema que não funciona” e cuja orgânica muitos mostraram não compreender.

Na altura, a incompreensão para com os tribunais decorria, sobretudo, da complexidade e morosidade processual a qual, dada a pouca experiência litigante, poucos compreendiam. Certo é que, tam-bém aqui, se exigiria um maior acompanhamento das vítimas. Algo que foi ensaiado pelo município (nomeadamente com o acordo com a

8 Na estrutura do Ministério da Saúde em Portugal, o SNS é a rede de unidades locais de atendimento, hospitais e centros hospitalares, institutos de pesquisa e demais prestadores de serviços de saúde pública do país.

delegação da ordem dos advogados para apoio jurídico aos afetados), mas, de acordo com os participantes, de forma muito parcimoniosa e claramente insuficiente. Os sentimentos de abandono e de revolta cresceram, assim, entre as vítimas, à medida que o tempo decorria e a ideia de impunidade se instalava, culminando no acórdão de acusação do ministério público o qual, apesar dos 375 casos assinalados (incluindo 12 mortos), só conseguiu estabelecer o nexo de causalidade para 73 afetados e oito vítimas mortais. Os restantes foram deixados à sua sorte, porque o “código genético da bactéria” não coincidiu com a localizada na fábrica, talvez porque... e as “teorias da conspiração” continuam.

Em resumo, mais do que a censura dirigida à fábrica que provocou o surto (que indiscutivelmente responsabilizam), os deliberantes ansiavam por maior presença no terreno das entidades públicas de quem esperavam maior proteção (i.e., maior fiscalização e maior controlo) e maior responsabilização e assertividade que, no mínimo, tivesse minorado os danos.

Notas conclusivas

Os acidentes industriais que ameaçam a saúde pública são momentos particularmente agudos de ansiedade social. No caso do surto de legionela de vila franca de xira, a situação terá dado lugar a um encadeado social marcado por uma preocupação redobrada que põe em causa o status quo instalado nos processos de administração e monitorização do bem-comum (e.g., qualidade ambiental, saúde pública, poder local), desencadeando um grau de desconfiança inusitado, mesmo para os medíocres padrões portugueses (schmidt, guerra, 2010).

Nesta perspectiva, a garantia dos direitos processuais inscritos na convenção de aarhus, e até a sua ultrapassagem quando as populações se encontram, como foi o caso, demasiado fragilizadas para fazer valer os seus direitos, teria sido o antídoto indicado para o descrédito institucional que pairou na área do município de vila franca de xira e particularmente na comunidade do forte da casa. Os resultados que aqui se apresentam, no entanto, mostram que nenhum dos princípios de aarhus se cumpriu. Há pelo menos três fatores que podem ajudar a explicar este relativo insucesso:

1. Natureza do surto – tratando-se de um dano ambiental que expôs um número indeterminado de cidadãos, sem que necessariamente tivessem qualquer percepção do risco, importaria legislação mais apertada que impedisse tal ocorrência. O que aparentemente aconteceu foi o inverso. Meses antes foi aprovada legislação mais permissiva que, para muitos, terá potenciado esta e outras crises semelhantes.
2. Tipologia das vítimas – ter-se-ia imposto uma adequação do desempenho e do discurso dos órgãos públicos, nomeadamente, do poder municipal. Refira-se, a este propósito, que a simples presença de representantes da câmara municipal numa das sessões onde se discutiram os resultados do workshop no forte da casa (22 de fevereiro de 2017) parece, só por si, ter apaziguado os ânimos mais exaltados.
3. Qualidade da prova pericial – se a produção de prova pode condicionar a responsabilização criminal e o ressarcimento das vítimas, ter-se-ia imposto uma atuação pericial exemplar. Note-se que a acusação do ministério público apenas conseguiu estabelecer o nexo de causalidade para apenas 73 dos 375 casos infetados e 8 das 12 vítimas mortais, não restando, por isso, de acordo com o ministério público, possibilidade de responsabilização penal para a esmagadora maioria das ocorrências

Em suma, a gravidade do episódio e o número e a tipologia de vítimas em causa teriam aconselhado maior proatividade no esforço de envolvimento e de mobilização, de forma a potenciar a compreensão dos processos de monitorização e gestão da crise e, com isso, a aquiescência pública para soluções de difícil aplicabilidade. Nesta perspectiva, o workshop e as sessões de discussão de resultados posteriores, procuraram contribuir para suprir a falta de empenho que, nesta área, pareceu óbvia desde que chegámos ao terreno. Tratou-se, assim, de uma iniciativa de investigação que, por ausência de ações em andamento, resultou numa contribuição (ainda que modesta) para capacitar/empoderar uma comunidade particularmente vulnerável. Sinal disso é que, cerca de três anos após o surto e alguns meses depois desta sessão

informativo-deliberativa ter acontecido, surgiu finalmente a associação de apoio às vítimas da legionela vfx, que continua a pugnar pelos interesses das vítimas e seus familiares.

Referências

- ANAND, Sudhir; SEN, Amartya. Human Development and Economic Sustainability. *World Development*, v. 28, n. 12, p. 2029-2049, 2000.
- BOER, Ben. Introduction. In: BOER, Ben. *Environmental Law Dimensions of Human Rights*. Oxford: Oxford University Press, 2015, p. 1-10.
- BOYLE, Alan. Human rights and the environment: where next? *The European Journal of International Law*, v. 23, n. 3, p. 613-642, 2012.
- DUNLAP, Riley. The New Environmental Paradigm Scale: From Marginality to Worldwide Use. *The Journal of Environmental Education*, v. 40, n. (1, p. 3-18, 2008.
- ECDPC. *Legionnaires' disease in Europe*, 2014. Estocolmo: European Centre for Disease Prevention and Control, 2016.
- FLINDERS, Matthew. *Defending Politics - Why Democracy Matters in the Twenty-First Century*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- GONÇALVES, Ana; GUERRA, João. Do ensino experimental da ciência à cidadania ambiental: o caso EuroLifeNet. In: AAVV. *I Congreso Internacional de Educación Ambiental dos Países Lusófonos e Galicia: Comunicacións*. A Corunha: Centro de Extensión Universitaria e Divulgación Ambiental de Galicia. 2007, p. 1-23.
- GONÇALVES, Ana; GUERRA, João; SCHMIDT, Luísa. *EuroLifeNet: Análise Sociológica dos Impactos nos Valores e nas Atitudes Sociais dos Estudantes sobre a Poluição do Ar*. Lisboa: Observa – ICS-Ulisboa, 2007.
- GRUPO DE TRABALHO PARA O SURTO DE LEGIONELA DE VILA FRANCA DE XIRA. *Surto de Doença dos Legionários em Vila Franca de Xira – Relatório Final*. Lisboa: Ministério da Saúde, 2014.
- GUERRA, João. *Municípios, Participação e Sustentabilidade - Dinâmicas Locais de Imperativos Globais – Tese de Doutoramento*. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.
- GUERRA, João; SCHMIDT, Luísa. Concretizar o Wishfull Thinking – dos ODS À COP21. *Revista Ambiente & Sociedade*, v. 19, n. 4, p. 179-196, 2016.

- HETHERINGTON, Kregg. *Guerrilla Auditors: The Politics of Transparency in Neoliberal Paraguay*. Durham: Duke University Press, 2011.
- JACKSON, Tim. *Prosperity without Growth – Economics for a Finite Planet*. Londres: Earthscan Publications, 2009.
- LEE, Maria; Abbot, Carolyn. The usual suspects - Public Participation under the Aarhus Convention. *The Modern Law Review Limited*, v. 66, m. 1, p. 80-108, 2003.
- PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2011 – Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos*. Lisboa: IPAD/PNUD, 2011.
- REDCLIFT, Michael. Sustainable development (1987-2005): an oxymoron comes of age. *Sustainable Development*, v. 13, n. 4, p. 212-227, 2005.
- SCHMIDT, Luísa; GUERRA, João. Da Governança Global à Sustentabilidade Local – Portugal e o Brasil em Perspectiva Comparada. *Revista de Ciências Sociais*, v. 41, n. 2, p. 106-124, 2010.
- SCHMIDT, Luísa; GUERRA, João. Desenvolvimento Sustentável. Tempo e Circunstância de uma Narrativa para o Futuro. In: MACHADO, Fernando, L.; ALMEIDA, Ana N.; Costa, António, F. *Sociologia e Sociedade – Estudos de Homenagem a João Ferreira de Almeida*. Lisboa: Mundos Sociais, 2016, pp. 421-446.
- UNCHE. *Report of the United Nations Conference on the Human Environment – Stockholm, 5-16 June 1972*. Genebra: United Nations conference on Human Environment. 1973.
- UNECE. *Convention on Access to Information, Public Participation in Decision-Making and Access to Justice in Environmental Matters (The Aarhus Convention)*. Disponível em: <https://www.unece.org/fileadmin/DAM/env/pp/documents/cep43e.pdf>, 1998.
- UNEP. *Factsheet on Human Rights and the Environment*. Nairobi: Division of Environmental Law & Conventions, United Nations Environment Programme, 2015.
- VALADAS DE LIMA, Aida; GUERRA, João. Degradação ambiental, representações e novos valores ecológicos. In: ALMEIDA, João F. *Os Portugueses e o Ambiente: II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*. Oeiras: Celta, 2004, p. 7-64.
- VASCONCELOS, Lia; FONSECA, Susana. *TAIDIS – Cidadania Ambiental, Informação e Participação no Contexto da Convenção de Aarhus*. Lisboa: FLAD, 2006.